

Relatório da participação do MIRAD  
no Grupo de Trabalho Interministerial  
para identificação da Área Indígena  
Raposa-Serra do Sol

O presente relatório é uma apresentação das atividades desenvolvidas com a minha participação no Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela portaria FUNAI/0347/83. Para ordenar a exposição dos fatos tentarei me ater a um aspecto que me parece ser de maior relevância, qual seja, as condições em que foram produzidas as informações constantes da documentação oficial relativa ao processo de regularização fundiária da área indígena Raposa-Serra do Sol atualmente em andamento.

Cabe mencionar de início que a Portaria que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial /GTI atribuiu ao referido Grupo a tarefa de realizar dois levantamentos distintos, "Levantamento Fundiário" e "Levantamento Cartorial" da área indígena Raposa-Serra do Sol. Devo declarar que a rigor nenhum dos dois levantamentos foi realizado, pelo menos no sentido mais usual em que tais termos são empregados. Os motivos e justificativas que podem esclarecer tal resultado são os seguintes: 1- Quanto ao "Levantamento Cartorial" - Foi realizada uma reunião prévia entre os integrantes do GTI na Base Aérea de Boa Vista em 30/3/88 para definir os procedimentos a serem adotados para o andamento dos trabalhos e nessa oportunidade foi explicitada a questão do "Levantamento Cartorial" mencionado na referida Portaria, tendo o coordenador nomeado para o Grupo, no caso o representante da Funai, afirmado que o dito Levantamento já havia sido feito ao longo do último

ano por um grupo de técnicos da Funai e do Inbra das respectivas repartições locais, que o resultado do trabalho já havia sido enviado à Brasília e por esse motivo não seria possível aos integrantes do GTI tomarem conhecimento do mesmo naquela ocasião.

2- Quanto ao "Levantamento Fundiário" ou trabalho de campo - Ficaram definidos na mesma ocasião os critérios que norteariam a coleta de dados. A tarefa atribuída pelos estrategistas do Projeto Calha Norte para o GTI desempenhar em campo foi basicamente o preenchimento de duas fichas de dados em cada aldeia ( um questionário com perguntas em aberto = "Ficha de Dados", e um impresso quadriculado para o registro de dados demográficos = "Ficha de Avaliação Familiar), cujos quesitos já vieram impressos em formulários que nos foram apresentados na mesma reunião realizada na Base Aérea de Boa Vista. A reunião começou com a discussão dos itens propostos nos formulários e o primeiro deles foi o que trata da área física das aldeias. Na questão 1-b da "Ficha de Dados" é solicitado que se faça uma estimativa de área das aldeias, sem que haja contudo uma definição do que é entendido por aldeia. Diante desse problema ficou decidido pelos integrantes do GTI que não poderia haver mensuração ou estimativa de algo que não se dispunha de critérios objetivos para definir. A rigor uma aldeia termina onde começa o território de outra aldeia e, para prestar uma informação com menor margem de arbitrariedade pessoal, os integrantes do GTI resolveram registrar no espaço reservado ao item 1-b os nomes das áreas (montanhas, serras, matas, rios, vales, igarapés, lagos, tesos,) utilizados pelos índios em suas atividades vitais: caça, pesca, agricultura, coleta, pecuária, extrativismo vegetal e mineral. Dessa forma não se fez qualquer estimativa ou mensuração de área de aldeia, mas se limitou o trabalho ao registro de nomes de áreas presentemente utilizadas nas atividades necessárias à reprodução social

das populações indígenas, segundo as indicações dos eventuais respondedores da "Ficha de Dados". E ao considerar as informações prestadas pelos índios sobre suas áreas de ocupação (registradas no item 1-b), torna-se claro quão arbitrária é a pretensão de mensurar áreas de aldeias. O que existe de fato é a ocupação de uma área contínua por uma população distribuída em diversas aldeias e moradias relativamente isoladas e que vive da exploração peculiar de um território comum cujos limites são definidos por categorias que referenciam marcos naturais - rios, montanhas... - e não a abstração de uma linha (sabe-se lá feita com que critérios) traçada no mapa.

Uma outra questão que envolveu um entendimento prévio entre os integrantes do GTI foi quanto ao procedimento mais correto a ser adotado no tratamento do item 2-d, onde vem impresso "gráu de aculturação". Por ser questão afeta à minha área específica de conhecimento, tanto aqui como na questão anterior, eu tomei a iniciativa de prestar alguns esclarecimentos aos demais integrantes do GTI e explicitar algumas ponderações que acabaram sendo acatadas por todos. Neste caso demonstrei novamente que aqui tampouco havia critérios objetivos para se definir o que seja aculturação, quanto mais gráu de aculturação. Assim, ficou decidido por unanimidade, diante dos esclarecimentos prestados, que para tal item não havia qualquer resposta a ser dada e portanto o espaço em branco abaixo do item 2-d permaneceria intocado.

Para a avaliação dos demais quesitos que a meu ver não exigem explicações mais pormenorizadas, anexo aqui uma cópia do modelo de "Ficha" utilizada. No conjunto, o gráu de precisão das informações requeridas não justifica de forma alguma um levantamento de campo: os dados demográficos (correspondentes à "FAF") poderiam ser prestados perfeitamente pelo Conselho Indígena do Território que dispõe de um escritório

em Boa Vista e as demais informações constantes da "Ficha de Dados" poderiam ser apresentadas por qualquer pessoa medianamente familiarizada com a região; não há nada de novo que não esteja escrito no relatório anterior do GT-FUNAI/1984 encarregado de fazer a identificação da AI Raposa-Serra do Sol. Se considerarmos que o trabalho cartográfico se destinou a plotar os pontos de localização das maiores aldeias, poderemos concluir que um sobrevôo ou um trabalho de fotografia aérea seria o bastante para levantar as informações prestadas no relatório final das atividades do GTI. Portanto pode-se concluir que a rigor nem levantamento cartorial, nem levantamento fundiário propriamente foram realizados conforme prevê a portaria do presidente da Funai que instituiu o GTI.

Os trabalhos do GTI tiveram início em 29/3/88 e se estenderam até 28/4/88, constituindo-se basicamente de vôos diários entre a cidade de Boa Vista e as 68 maiores aldeias da área indígena Raposa-Serra do Sol, onde foram coletados os dados previstos nas duas fichas acima citadas. A população das aldeias visitadas não foi informada com antecedência de quando se daria a nossa presença nem dos objetivos do nosso trabalho. As respostas assim obtidas foram dadas pelas pessoas circunstancialmente presentes no momento em que pousaram as aeronaves para proceder o levantamento de dados em cada aldeia.

Não causa surpresa os resultados inócuos do levantamento de campo realizado pelo GTI. Tais resultados já ficaram comprometidos com a concepção do que seja o levantamento inscrita nas fichas de informações. E nesse sentido não creio que me caiba o papel de tecer críticas ou sugestões com o objetivo de aperfeiçoar, aprimorar os modelos das fichas. Não há objetividade possível nem critérios explícitos para tal "antropologia aplicada" capazes de mascarar a definição política que a precede, a do lugar das sociedades indígenas

diante da sociedade nacional. Aliás, os métodos ao longo deste levantamento aproximam-o mais de uma anti-antropologia que de uma pretensa "antropologia aplicada". O pouso repentino de uma aeronave em uma aldeia, com um contingente de militares fardados incumbidos de promoverem um inquérito relâmpago está mais para uma técnica de intimidação da população indígena que para uma técnica de controle da interferência do pesquisador na vida social de uma comunidade pesquisada, ou ainda para realizar um censo rigoroso de uma população numerosa espalhada por uma vasta área. É até concebível que se faça um estudo da organização social de um povo e que certos aspectos do trabalho possam ser considerados na tomada de decisões político-administrativas que afetem decisivamente a vida deste povo. O que é inconcebível é a ordem para abolir todas as diferenças, culturais, étnicas, religiosas. É inconcebível que posteriormente à definição das estratégias de ação dos organismos que detêm o poder de implementar a política fundiária do Estado se vá sair em campo para juntar alguns dados de demografia, da vida social de uma outra sociedade para buscar com isso, ou melhor, arrancar daí a fundamentação ou legitimação de tais decisões oficiais. Esse tipo de procedimento seria indigno até mesmo nos idos do século XIX.

Creio que as duas questões da "Ficha de Dados" mencionadas anteriormente devem ser entendidas devidamente nesse contexto. A minha atuação foi no sentido de prestar esclarecimentos e na medida do possível tentar não compactuar com a manipulação mais exorbitante, indevida e ilegítima de determinados conceitos e categorias, sobretudo as que devem a sua criação a um dado momento da história da antropologia. De fato, pelos motivos expostos eu nunca cheguei a cogitar na possibilidade de aperfeiçoar os métodos utilizados no presente projeto

fundiário. No limite, pareceu-me ser uma colaboração mais oportuna, frutífera e sincera tentar evitar a mera reprodução de um jargão supostamente técnico com o objetivo exclusivo de servir de escora a decisões eminentemente políticas tomadas a priori em caráter sigiloso e implementadas à revelia dos povos atingidos.

Finalmente cabe mencionar que o relatório oficial assinado conjuntamente pelos integrantes do GTI apresenta outros detalhes sobre o levantamento realizado.

Assis, 23 de maio de 1988

R. B. S. I. U.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

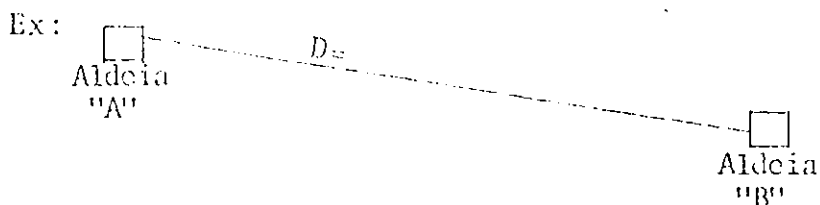
FICHA DE DADOS

RAPOSA/SERRA DO SOL

NOME DA ALDEIA:

1 - LOCALIZAÇÃO ESPACIAL

a - Plotagem em carta da localização das aldeias, com a designação e distâncias aproximadas das aldeias que se interligam.



b - Área física, estimada, ocupada pelas aldeias.

- HABITAÇÕES
- PASTAGENS
- ROÇAS
- ÁREAS DE CAÇA
- ÁREAS DE PESCA
- ÁREAS DE EXTRAÇÃO DE PALHA E MADEIRA
- GARIMPOS
- COLETA

c - Plotagem em carta da localização das áreas para onde migraram as comunidades.

DE

— ÁREA DE ONDE MIGRARAM PARA A ATUAL

2 - DISCRIMINAÇÃO DETALHADA DA POPULAÇÃO INDÍGENA

a -

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO
0 - 4 anos		
5 - 9 anos		
10 - 14 anos		
15 - 19 anos		
20 - 24 anos		
25 - 29 anos		
30 - 39 anos		
40 - 49 anos		
50 - 59 anos		
60 - 69 anos		
70 ou mais		
Idade ignorada		
T O T A L		

População da Maloca-Aldeia-Comunidade =

b - Grupo(s) indígenas(s)

MACUXI ,  
 MACUXI - WAPIXANA  
 MACUXI - WERARIKO  
 WERARIKO

c - Líder da aldeia

- TUXAUA - PAFÉ, PIATZAN  
 - JEVUNDO  
 - CADAFAZ



~~X - Grau de aculturação?~~

---

e - Organização Social

FAMÍLIA(S) ELEMENTAL E/OU EXTENSA

f - Integração entre índios

g - Outras informações

(RELAÇÕES ENTRE ÍNDIOS E POSSÍVEIS)

3 - TRABALHO MISSIONÁRIO

a - Nome da missão

b - Componentes da missão

N o m e

Atividade

CATEQUISTA,  
PROFESSOR,  
ENFERMEIRO ---

c - Serviços prestados pelos missionários

d - Avaliação do trabalho missionário pela comunidade

e - Necessidades para o trabalho missionário

4 - TRABALHO DA FUNAI

a - Nome do Posto Indígena (Frente de Atração, etc)

b - Componentes do posto

N o m e

Atividade

CHEFE DE POSTO,  
AUXILIAR,  
MOTORISTA - - -

c - Serviços prestados pela FUNAI

d - Avaliação do trabalho da FUNAI pela comunidade

e - Necessidades para o trabalho da FUNAI

5 - EXISTÊNCIA DE GARIMPOS

a - Plotagem em carta da localização dos garimpos (nome)

b - Efetivo de garimpeiros

(MARGEM DE VARIAÇÃO ANUAL)

c - Formas de abastecimento

d - Formas de comercialização

e - Pista de pouso (características)

f - Distância do garimpo à sede da aldeia

OBS: Se possível levantar todos os garimpos, mesmo os que não estejam incluídos na Terra Indígena.

6 - LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS VIGENTES

a - Meios de subsistência

- CAÇA
- PESCA
- COLETA
- ROÇA (AGRICULTURA)
- CRIAÇÃO { BOVINA  
DOMÉSTICA
- EXTRATIVISMO { VEGETAL  
MINERAL

b - Atividade econômica desenvolvida

POR CONTRASTE COM (a) CONSIDERA-SE APENAS O EXCEDENTE

- TROCA, COMÉRCIO, SERVIÇOS PRESTADOS - - -

ISA (9)

c - ~~Vocação natural da comunidade~~

- MUDANÇA ECONÔMICA

d - Possibilidade de desenvolvimento (agrícola, extrativista, pecuária, etc)

c - Pretensão da comunidade

7 - LEVANTAMENTO NO CAMPO DA SAÚDE

a - Meios (humanos e materiais) existentes

b - Meios necessários

c - Doenças predominantes

d - Pretensão da comunidade

OBS: Detalhar o mais possível os meios existentes.



8 - LEVANTAMENTO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

a - Meios (humanos e materiais) existentes

b - Meios necessários

c - Pretensão da comunidade

OBS: Detalhar o mais possível os meios existentes.

9 - LEVANTAMENTO DO SISTEMA DE EXPLORAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

a - Formas de exploração

b - Formas de comercialização

10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a - Municípios abrangidos

b - Pista de pouso (características)

c - Existência de posseiros (detalhá-la)

d - Campanhas de vacinação

e - Dados sobre solo, vegetação e relevo

- textura do solo (coletar amostras)

- cor do solo

- tipo de relevo

- risco de inundação

- tipo de vegetação

f - Máquinas agrícolas existentes

g - Descrever o tipo de edificações existentes

h - Outras julgadas oportunas